



Editado por Aaron Ross Powell e Grant Babcock.

[[Arguments for Liberty](#) - Tradução de Giácomo de Pellegrini]

Duas escolas de pensamento há muito tempo dominam as discussões libertárias sobre ética: utilitarismo e direitos naturais. Embora essas duas teorias sejam importantes, elas dificilmente são exaustivas quanto às diferentes maneiras pelas quais as pessoas pensam sobre ética e filosofia política. Em “Argumentos para a Liberdade”, você encontrará uma abordagem mais ampla da ética libertária do que em qualquer outro livro.

Argumentos para a liberdade é dividido em nove capítulos, cada um escrito por um especialista em filosofia. Eles discutem como sua escola preferida de pensamento julga instituições políticas. Então dizem por que acreditam que o libertarianismo melhor atende a esse padrão. Embora terminem no mesmo lugar, os caminhos tomados divergem de maneiras fascinantes.

Os leitores encontrarão nestas páginas não apenas uma excelente introdução ao libertarianismo, mas também uma introdução sobre algumas das mais importantes teorias da ética e da filosofia política. Assumindo pouca ou nenhuma formação em filosofia acadêmica, os ensaios reunidos aqui guiam os leitores através de uma conversa moral contínua que abrange séculos e continentes, encontrando Aristóteles na antiga Atenas em uma página e o filósofo do século XX John Rawls nos corredores de Harvard na próxima.

Qual é o melhor sistema político? Quais padrões devemos usar para decidir e por quê? “Argumentos para a Liberdade” é um guia para pensar sobre essas questões. É também um argumento nove vezes poderoso para a bem e importância da liberdade humana.

Sumário

[Capítulo 1: Utilitarismo por Christopher Freiman](#)

[Capítulo 2: Direitos Naturais por Eric Mack](#)

[Capítulo 3: Kantianismo por Jason Kuznicki](#)

[Capítulo 4: Contratualismo por Jan Narveson](#)

[Capítulo 5: Rawlsianismo por Kevin Vallier](#)

[Capítulo 6: Ética da Virtude por Mark LeBar](#)



[Capítulo 7: Objetivismo por Neera K. Badhwar](#)

[Capítulo 8: Intuicionismo Ético por Michael Huemer](#)

[Capítulo 9: Pluralismo Moral por Jason Brennan](#)

Introdução

Se você valoriza a liberdade política – ou a rejeita em favor da, digamos, igualdade material – você tem razões para isso. Suas razões podem não ser examinadas ou pensadas, convincentes ou frágeis. Quando pensamos rigorosamente sobre as razões pelas quais acreditamos no que acreditamos sobre moralidade e política, estamos praticando filosofia. “Os homens práticos que se julgam isentos de qualquer influência intelectual, geralmente são escravos de algum economista defunto”, escreveu John Maynard Keynes.

Da mesma forma, muitas pessoas, mesmo a maioria das pessoas, são escravas de algum filósofo defunto. Se você acredita que suas crenças políticas são simplesmente baseadas em “senso comum” ou “praticidade”, você provavelmente não está explorando o suficiente. O que parece ser senso comum hoje em dia muitas vezes acaba sendo uma ideia outrora controversa do ponto de vista da filosofia há décadas ou séculos atrás. Assim, é provável que sua política seja originada ou tenha sido exaustivamente examinada e articulada por algum filósofo.

Neste livro, nove filósofos dão suas razões para acreditar que a liberdade política é o sistema mais moral e justo. Mas eles o fazem de dentro de nove escolas diferentes de pensamento moral. Embora uma única melhor filosofia moral e política possa existir, os filósofos oferecem teorias há pelo menos 2500 anos e ainda precisam chegar a um consenso. Isso não significa que o progresso não tenha sido feito. Como disse o filósofo libertário Robert Nozick, “há espaço para palavras sobre outros assuntos além das últimas palavras”.

Nós montamos este livro por dois motivos. Primeiro, porque a liberdade é importante. Estamos convencidos de que a única ordem política justa é aquela que consagra a liberdade ao bem maior. Segundo, porque a filosofia é importante. Libertarianismo sem filosofia é libertarianismo sem fundamento. Sem princípio. Não é suficiente ter motivos para as opiniões políticas de uma pessoa. Precisamos entender essas razões, examiná-las, avaliá-las criticamente. Precisamos avaliar não apenas por que as pessoas podem rejeitar a liberdade política, mas também por que aqueles que a adotam o fazem – especialmente quando discordam sobre razões e fundamentos. Os libertários frequentemente discutem sobre filosofia. Reconhecer e entender a fonte das diferenças dos libertários nos ajuda a apreciar



melhor o que eles têm em comum e revela pontos fracos que, de outra forma, poderiam não ser descobertos e não ser abordados. Ter um entendimento mais robusto dos fundamentos filosóficos da liberdade capacitará melhor aqueles de nós que buscam promovê-la para engajar-se com nossos críticos. E, para os críticos da liberdade, entender melhor os fundamentos morais da liberdade ajudará você a argumentar de maneira mais proveitosa e a evitar espantalhos.

“Argumentos para a Liberdade” não é um livro fácil, mas também não é um livro apenas para acadêmicos e especialistas. Os capítulos não presumem que o leitor tenha um sólido histórico de filosofia, embora alguns sejam necessariamente mais complexos que outros, dadas as teorias que estão articulando. Os capítulos são escritos independentes dos outros e podem ser lidos em qualquer ordem.

Cada capítulo começa explicando sua teoria moral apresentada. Em seguida, traça as implicações dessa teoria, argumentando que é mais compreensível ter conclusões libertárias no campo da política. Em alguns casos, essa conclusão não é muito controversa entre os filósofos acadêmicos. Por exemplo, quase todos concordam que a teoria moral defendida por Ayn Rand implica o libertarianismo, ou pelo menos algo muito próximo. Em outros casos, o oposto é verdadeiro. A teoria moral de John Rawls, considerada no capítulo 5, costuma justificar a social-democracia, não o libertarianismo.

O livro começa com a teoria mais simples, embora sua simplicidade seja enganosa. O utilitarismo sustenta que a coisa certa a fazer é o que produzir a maior felicidade, e no capítulo 1, Christopher Freiman argumenta que, entre os sistemas políticos concorrentes, o libertarianismo se encaixa melhor no projeto.

No capítulo 2, Eric Mack assume os direitos naturais. Se é verdade que os humanos, por nossa própria natureza, têm certos direitos que restringem a forma como podemos tratar uns aos outros, então os governos, assim como as pessoas comuns, devem respeitar esses direitos.

No capítulo 3, Jason Kuznicki analisa o filósofo mais importante desde a era antiga, Immanuel Kant. Kant ofereceu uma teoria moral baseada na razão e no respeito pela separação e dignidade de cada um de nós. Kuznicki mostra como esse sistema moral aponta para um governo que faz o mesmo, ou seja, um governo libertário.

Se disséssemos a todos que as regras devem governar a sociedade, mas todos precisam concordar em um único conjunto, como seriam essas regras? No capítulo 4, sobre teoria dos contratos sociais, Jan Narveson mostra como as regras mais prováveis de atender a esse



padrão seriam aquelas que apoiam a liberdade política.

“A Teoria da Justiça” de John Rawls, que desenvolveu uma forma de teoria do contrato social, revitalizou a filosofia política no final do século XX. Kevin Vallier mostra no capítulo 5 como o trabalho de Rawls, tanto nesse livro quanto no seu posterior “Liberalismo Político” – embora muitas vezes considerado antitético ao libertarianismo – pode realmente fornecer uma justificativa convincente para um sistema robusto de liberdade política e econômica.

A ética da virtude, explorada por Mark LeBar no capítulo 6, é ao mesmo tempo a teoria mais antiga e mais jovem do livro. Discutida pela primeira vez pelos antigos gregos, praticamente desapareceu da filosofia moral acadêmica até seu renascimento em meados do século XX. A ética da virtude coloca o caráter de uma pessoa no centro da teoria moral. Ele pergunta quais características permitem que uma pessoa faça boas escolhas e viva uma boa vida. No campo da política, ele pergunta quais instituições são mais propícias para essa tarefa.

Neera Badhwar discute a teoria do objetivismo de Ayn Rand no capítulo 7. A filosofia objetivista de Rand sustenta que a liberdade política é o único sistema compatível com uma compreensão apropriada do valor da vida humana e da importância da razão humana.

Quando enfrentamos questões morais em nossa vida cotidiana, a maioria de nós não aplica teorias cuidadosamente construídas; em vez disso, vamos com o que nossa intuição nos diz. No capítulo 8, Michael Huemer desenvolve essa abordagem em uma teoria completa da moralidade, conhecida como intuicionismo, e mostra como nossas intuições morais expõem a imoralidade da maioria, senão de todos, os governos.

O livro termina com Jason Brennan discutindo o pluralismo moral, que pode ser visto como uma teoria que diz que todas as outras teorias erram em pensar que a moralidade tem um quadro subjacente. As várias teorias chegam a verdades importantes, mas a moralidade não se reduz a um bem unitário, valor ou conjunto de regras. Brennan argumenta que esta abordagem imprecisa, mas possivelmente mais realista, da moralidade, dá muito apoio à liberdade.

É um problema que os autores discordam uns dos outros sobre questões morais fundamentais? Estamos presos a um raciocínio *ad hoc* em direção a uma conclusão desejada – neste caso, o libertarianismo?

Podemos falar de certo e errado em vários níveis. Os autores deste volume concordam, em sua maior parte, com o nível da ética prática – se você fizer algumas perguntas concretas sobre situações ou comportamentos específicos, eles responderão de maneira semelhante.



Eles provavelmente concordariam, por exemplo, que o Estado não pode proibir legitimamente drogas recreativas, ou censurar um jornal que critica o presidente, ou recrutar pessoas para as forças armadas. No entanto, eles têm divergências. Se você perguntasse por que o Estado não pode legitimamente proibir drogas recreativas, você obteria respostas muito diferentes. Os quadros explicativos que os filósofos usam para dar razões para seus julgamentos morais são chamados de “teorias morais”. Os títulos dos capítulos de “Argumentos para a Liberdade” são todos nomes de teorias morais ou de seus inventores. Agora, se você começar a fazer perguntas sobre teorias morais – perguntas como: “O que os termos nas teorias morais, como bom ou justiça, realmente significam?” Ou “Como chegamos a ter conhecimento sobre teorias morais?” – você estará abordando perguntas de um tipo diferente. O subcampo da filosofia dedicado a tais questões é chamado de “metaética”. Os autores deste volume têm opiniões divergentes sobre a metaética, assim como as teorias morais. Em alguns capítulos, divergências sobre metaética não importam muito. Em outros – especialmente no capítulo sobre intuicionismo – essas divergências são muito importantes.

Cada capítulo apresenta um argumento diferente para a liberdade, não porque os autores estão fazendo as coisas para justificar uma conclusão predeterminada, mas sim por causa da discordância de boa-fé entre eles sobre questões de teoria ética e metaética. Mesmo assim, não devemos considerar tais discordâncias contra o libertarianismo. Existem discordâncias semelhantes sobre como justificar os concorrentes do libertarianismo também.

Você pode achar que algumas ou até mesmo todas as teorias morais aqui apresentadas não são convincentes. Isso significa que ler os capítulos sobre essas teorias foi um desperdício do seu tempo? Nós não pensamos assim. Mesmo que, por exemplo, você não acredite que maximizar a felicidade humana seja o caminho certo para pensar sobre a moralidade, ainda seria útil aprender que o libertarianismo maximiza a felicidade humana. Da mesma forma, ainda seria útil aprender que o libertarianismo é propício ao desenvolvimento da virtude pessoal, mesmo se você acha que é o fundamento errado para a ética.

De fato, você pode terminar “Argumentos para a Liberdade” pensando que o libertarianismo satisfaz múltiplas teorias da moralidade, embora você acredite que apenas uma das teorias está correta. Se esse é o caso, significa simplesmente que a liberdade é sobredeterminada: o fato de que o libertarianismo cumpre o padrão de moralidade de outra pessoa, um padrão que você não necessariamente sustenta, não significa que ele também não possa alcançar seu padrão.

Se você acredita que nenhum dos argumentos é persuasivo, tudo bem. Esperamos que você tenha pelo menos uma noção melhor dos tipos de argumentos que se pode montar para a



liberdade e, assim, ser mais capaz de se envolver com tais argumentos.

Independentemente de quantos capítulos - se houver algum - do livro você considera convincentes, nosso objetivo é inspirar você a continuar seus estudos de ética e libertarianismo. No final do livro, incluímos uma bibliografia com sugestões para leitura adicional, incluindo textos introdutórios e fontes primárias, muitas das quais estão disponíveis gratuitamente online.

Leituras Recomendadas

Os editores de “Argumentos para a Liberdade” pediram ao autor de cada capítulo que recomendasse livros ou artigos sobre sua teoria moral. Além das sugestões a seguir, os leitores podem encontrar muitos artigos úteis online na Enciclopédia de Filosofia de Stanford (plato.stanford.edu) e na *Internet Encyclopedia of Philosophy* (www.iep.utm.edu). Cada uma das teorias morais deste livro tem uma entrada introdutória abrangente em uma ou ambas as fontes.

Capítulo 1: Utilitarismo

Christopher Freiman recomenda:

Rachels, James, and Stuart Rachels. *The Elements of Moral Philosophy*, Chapters 7 and 8. New York: McGraw-Hill, 2015.

“Uma boa introdução ao utilitarismo, ilustrado com muitos exemplos do mundo real.”

Mill, John Stuart. *Utilitarianism*. New York: Oxford University Press, 1998.

“A defesa clássica do utilitarismo. A escrita de Mill é acessível mesmo para aqueles sem experiência em filosofia.”

Rauch, Jonathan. *Government’s End: Why Washington Stopped Working*. New York: Public Affairs, 1999.

“Rauch fornece uma introdução acessível à teoria da escolha pública, que está no coração do caso utilitarista do libertarianismo”.

Capítulo 2: Direitos Naturais

Eric Mack recomenda:



Nozick, Robert. *Anarchy, State, and Utopia*. New York: Basic Books, 1974.

“Esta é uma defesa cintilante dos direitos naturais do libertarianismo de Estado mínimo que quase sozinho reviveu o interesse acadêmico nas doutrinas libertárias. Nozick argumenta que, se alguém leva a sério a importância separada de cada indivíduo, deve reconhecer o direito de cada indivíduo de viver livre de interferências coercivas. Ele argumenta que os direitos fundamentais são justificadamente impostos por um Estado mínimo que evita a redistribuição coercitiva, a imposição coercitiva da moral e o paternalismo coercitivo”.

Locke, John. *Second Treatise of Government* (muitas edições, mas veja a edição de 1980 de Hackett Publishing, Indianapolis).

“Este é o tratado político mais importante de Locke, e é o trabalho chave do liberalismo clássico inicial. Locke começa com argumentos sobre por que os indivíduos possuem direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade e sustenta que os indivíduos consentiram racionalmente em formar uma sociedade política dedicada à proteção desses direitos. Apenas um governo fundamentalmente focado na proteção desses direitos é moralmente legítimo. Os indivíduos e a sociedade política têm o direito de descartar e substituir qualquer governo que ameace esses direitos”.

Mack, Eric. *John Locke*. New York: Bloomsbury, 2013.

“Este é um relato geral e acessível do liberalismo clássico orientado por direitos de Locke. Ele contrasta Locke com escritores autoritários cruciais de seus dias e relata e explica a afirmação de Locke dos direitos naturais à vida, liberdade – incluindo liberdade religiosa – e propriedade. Outros temas incluem a explicação de Locke para por que as ordens do livre mercado de propriedade privada provavelmente serão benéficas para todos, a defesa de Locke da resistência contra o domínio tirânico e a influência de Locke na Revolução Americana.”

Bader, Ralf. *Robert Nozick*. New York: Bloomsbury, 2013.

“Este é um relato geral e acessível da doutrina libertária desenvolvida por Nozick em *Anarquia, Estado e Utopia*. Explica a afirmação de Nozick de direitos individuais, sua abordagem complexa de por que o Estado mínimo é legítimo, a sua defesa do entendimento do ‘direito histórico’ da justiça nas propriedades, sua crítica dos argumentos em favor da redistribuição coercitiva e sua alegação de que o Estado mínimo é inspirador porque fornece uma estrutura dentro da qual todas as pessoas podem perseguir suas visões de utopia.”



Capítulo 3: Kantianismo

Jason Kuznicki recomenda:

Kant, Immanuel. *Kant's Critique of Practical Reason and Other Works on the Theory of Ethics*, trans. Thomas Kingsmill Abbott, BD, Fellow and Tutor of Trinity College, Dublin, 4th revised ed. London: Longmans, Green, and Co., 1889.

“Ao contrário da crença popular, a escrita de Kant nem sempre é obscura. Os leitores interessados devem começar na fonte.”

Kant, Immanuel. *Kant's Principles of Politics, including his essay on Perpetual Peace. A Contribution to Political Science*, trans. W. Hastie. Edinburgh: T. & T. Clark, 1891.

“Os leitores devem se voltar para cá seguindo a Crítica da Razão Prática.”

Kant, Immanuel. *The Philosophy of Law: An Exposition of the Fundamental Principles of Jurisprudence as the Science of Right*, trans. W. Hastie Edimburgo: T. & T. Clark, 1887.

“A Filosofia do Direito é um volume de língua inglesa de domínio público que contém uma tradução da Metafísica das Morais e de ambas as partes da Ciência do Direito. No último trabalho em particular, Kant mostrou mais claramente como sua política e ética estavam relacionadas, e desenvolveu sua teoria distinta da propriedade privada.”

Nozick, Robert. *Anarchy, State, and Utopia*, Chapter 3. New York: Basic Books, 1974.

“Tendo lido as obras de Kant destacadas anteriormente, as conexões com o libertarianismo moderno são fáceis de rastrear - especialmente no terceiro capítulo da obra-prima de Nozick.”

White, Mark D. *Kantian Ethics and Economics*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2011.

“O livro de White preenche muitos dos espaços em branco que Kant deixou na ética da atividade de mercado. Os leitores podem verificar se concordam com White referenciando a “Ideia para uma história universal de Kant em uma perspectiva cosmopolita.”

Capítulo 4: Contratualismo

Jan Narveson recomenda:



Narveson, Jan. *You and The State*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2009.

“Esta é uma introdução geral à filosofia política, e a única que conheço que elabora o libertarianismo que este artigo traz, ao mesmo tempo em que examina com mais profundidade várias outras teorias.”

Gauthier, David. *Morals by Agreement*. New York: Oxford University Press, 1986.

“Esse é um clássico da filosofia moral e influenciou muito meu próprio trabalho. Gauthier afirma não ser um libertário, mas eu não vejo por quê! (Veja Jan Narveson, “*The Only Game in Town*”, a ser publicado em breve na revista filosófica canadense *Dialogue*.) ”

Friedman, Mark. *Libertarian Philosophy in the Real World*. London and New York: Bloomsbury, 2015.

“Friedman discute muitos problemas do mundo real com o objetivo de realmente aplicar a filosofia libertária. Interessante por mostrar a complexidade desse projeto. (O assunto das fundações libertárias não é discutido, mas os leitores poderão ver onde a aplicação da teoria contratualista pode ser útil.”

Schmidtz, David. *The Elements of Justice*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.

“Este livro lindamente escrito também examina as principais ideias sobre justiça e, em geral, apoia uma visão liberal sobre algo não muito distante da minha abordagem contratualista.”

Capítulo 5: Rawlsianismo

Kevin Vallier recomenda:

Rawls, John. *A Theory of Justice*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 1971.

Rawls, John. *Political Liberalism*. New York: Columbia University Press, 1993.

“Esses dois livros representam as duas obras mais importantes da filosofia política de Rawls, que descrevem os projetos que Tomasi e Gaus desenvolvem em suas obras.”

Tomasi, John. *Free-Market Fairness*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2012.



Gaus, Gerald. *The Order of Public Reason*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2010.

“Tomasi baseia-se em *A Theory of Justice* e o trabalho de Gaus é semelhante ao projeto de Rawls no *Political Liberalism*”.

Capítulo 6: Ética da Virtude

Mark LeBar recomenda:

LeBar, Mark. “The Virtue of Justice, Revisited,” em *The Handbook of Virtue Ethics*, ed. Stan van Hoof. New York: Acumen Press, 2014, pp. 265-75.

“Uma breve pesquisa sobre o pensamento grego antigo sobre a justiça e a maneira como ele pode se beneficiar dos modernos *insights* éticos, incluindo a necessidade de respeito pelos outros.”

LeBar, Mark. “Virtue and Politics,” em *Cambridge Companion to Virtue Ethics*, ed. Daniel C. Russell. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2013, pp. 265-89.

“Aqui argumento que as implicações políticas das teorias éticas da virtude devem ser bastante limitadas para se conformarem às restrições das teorias políticas liberais (em particular aquelas que vêm a necessidade de justificação de sua autoridade coercitiva para aqueles que governam)”.

Rasmussen, Douglas, e Douglas Den Uyl. *Norms of Liberty*. University Park, PA: Penn State University Press, 2005.

“Uma excelente abordagem abrangente de que a virtude exige liberdade e uma ordem política que deixa o desenvolvimento e o exercício da virtude para o indivíduo.”

Capítulo 7: Objetivismo

Neera K. Badhwar recomenda:

Rand, Ayn. *We the Living*. New York: New American Library, 1936.

“*We the Living*, o primeiro romance de Rand, é seu único trabalho autobiográfico. É, no entanto, o que ela chamou de “uma autobiografia de uma ideia”, não uma descrição detalhada de sua própria vida. *We the Living*, mostra como o totalitarismo exalta o pior e



destroi o melhor”.

Rand, Ayn. *The Fountainhead*. New York: Plume, 1994.

“O romance retrata o homem ideal como alguém de visão e integridade – um homem que vive sua moral e consegue superar as forças da ignorância e da mediocridade. Rand queria mostrar que tal indivíduo pode inspirar os outros e ter sucesso em uma sociedade (mais ou menos) livre, a sociedade dos Estados Unidos da década de 1940. Nesse aspecto, *The Fountainhead* é o oposto de *We the Living*.”

Rand, Ayn. *Atlas Shrugged*. New York: New American Library, 1959.

“*Atlas Shrugged* é motivado por uma visão mais sombria. É ambientado em uma América na qual alguns indivíduos honestos e visionários lutam contra as forças do coletivismo até que não possam mais lutar, e decidem entrar em greve. Esta não é a greve dos trabalhadores convencionais, mas uma greve de inventores, atores, escritores, empreendedores e industriais, que escolhem parar de trabalhar por um mundo que os vitimiza. O romance é povoado por empresários, políticos e burocratas vilões e medíocres – uma “aristocracia de influência” – que está arruinando a América e dá um vislumbre de um mundo ideal, a Atlântida.”

Rand, Ayn. *Capitalism: The Unknown Ideal*. New York: New American Library, 1967.

Rand, Ayn. *The Virtue of Selfishness: A New Concept of Egoism*. New York: New American Library, 1964.

“Esses livros contêm muitos artigos sobre direitos, governo, sociedade e ética.”

Capítulo 8: Intuicionismo Ético

Michael Huemer recomenda:

Huemer, Michael. *The Problem of Political Authority*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

“Este livro explica por que você deve ser cético sobre a autoridade e como isso apoia o libertarianismo”.

Huemer, Michael. *Ethical Intuitionism*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

“Este livro defende o intuicionismo ético contra visões alternativas”.



Huemer, Michael. “*Is There a Right to Immigrate?*” *Social Theory and Practice* 36 (2010): pp. 429-61.

“Este artigo usa algumas intuições éticas de bom senso para argumentar contra restrições à imigração.”

Huemer, Michael. “*America’s Unjust Drug War*” em *The New Prohibition*, ed. Bill Masters. St. Louis, MO: Accurate Press, 2004, pp. 133-44.

“Este artigo usa algumas intuições éticas de bom senso para argumentar contra a proibição das drogas.”

Capítulo 9: Pluralismo Moral

Jason Brennan recomenda:

Shafer-Landau, Russ. *What Ever Happened to Good and Evil?* Oxford, UK: Oxford University Press, 2003.

“Um texto de um importante teórico moral que defende o pluralismo de valor, o intuicionismo e o realismo moral.”

Ross, W. D., *The Right and the Good*. Indianapolis, IN: Hackett, 1988.

“O texto clássico de Ross é talvez o primeiro grande exemplo de uma teoria moral pluralista”.

Schmidtz, David. *Elements of Justice*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.

“Schmidtz desenvolve uma teoria pluralista da justiça baseada em quatro elementos principais: mérito, reciprocidade, necessidade e igualdade”.

Brennan, Jason. *Libertarianism: What Everyone Needs to Know*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2012.

“Uma explicação do libertarianismo que depende em grande parte da teoria moral pluralista”.



Autores

Neera K. Badhwar é professora emérita de filosofia na Universidade de Oklahoma e pesquisadora sênior do Programa F. A. Hayek de Estudos Avançados em Filosofia, Política e Economia do Mercatus Center da George Mason University. É autora de artigos sobre diversos temas em teoria ética e psicologia moral. *Well-Being: Happiness in a Worth-while Life* (2014). Ela também editou *Friendship: A Philosophical Reader* (1993).

Jason Brennan é vinculado a cadeira de Estratégia, Economia, Ética e Políticas Públicas da *Robert J. and Elizabeth Flanagan Family* na McDonough School of Business, Universidade de Georgetown. Ele é autor de sete livros, incluindo *Against Democracy* (2016) e *Markets Without Limits* (2015).

Christopher Freiman é professor associado de filosofia no College of William and Mary. Ele é formado pela Duke University (Bacharel em Filosofia) e pela Universidade do Arizona (Mestrado e doutorado em Filosofia). Seus interesses de pesquisa incluem justiça distributiva, imigração e teoria democrática. Seu trabalho tem aparecido em locais como o *Australasian Journal of Philosophy*, *Philosophical Studies*, *Philosophy and Phenomenological Research*, *Journal of Ethics and Social Philosophy* e *The Oxford Handbook of Political Philosophy*. Seu site é www.cfreiman.com e ele escreve para o www.bleedingheartlibertarians.com.

Michael Huemer recebeu seu bacharelado da Universidade da Califórnia, Berkeley, em 1992, e seu PhD da Rutgers University em 1998. Ele atualmente é professor de filosofia na Universidade do Colorado em Boulder. Ele é autor de aproximadamente 60 artigos acadêmicos em ética, epistemologia, filosofia política e metafísica, bem como quatro livros: *Skepticism and the Veil of Perception* (2001), *Ethical Intuitionism* (2005), *The Problem of Political Authority* (2013), e *Approaching Infinity* (2016).

Jason Kuznicki é PhD em história intelectual da Universidade Johns Hopkins, focado no Iluminismo. Ele é o editor do *Cato Unbound*, um periódico mensal de ideias. Ele foi editor assistente da *Encyclopedia of Libertarianism*. Seu primeiro livro, *Technology and the End of Authority*, foi publicado pela Palgrave Macmillan na primavera de 2017.

Mark LeBar é professor de filosofia na Universidade Estadual da Flórida. Ele trabalha em filosofia moral, social e política. Seu livro *The Value of Living Well* (2013) é um desenvolvimento da teoria ética eudemonista contemporânea. Ele agora está trabalhando para estender essa abordagem do eudemonismo a questões sobre a natureza e a origem da virtude da justiça, e ele está editando um livro sobre o desenvolvimento da justiça como



uma virtude. Ele co-editou *Equality and Public Policy* (2014), é editor da *Social Theory and Practice*, e publicou em revistas incluindo *Ethics*, *American Philosophical Quarterly*, *Philosophical Studies*, *Canadian Journal of Philosophy*, and *Pacific Philosophical Quarterly*.

Eric Mack é professor de filosofia na Universidade de Tulane e membro do corpo docente do Instituto Murphy de Economia Política da universidade. Seus muitos ensaios acadêmicos enfocam as fundações morais dos direitos, a natureza dos direitos naturais adquiridos, os direitos de propriedade e a justiça econômica, o escopo legítimo das instituições coercivas e a história da teoria política liberal e libertária clássica. Seus ensaios recentes e representativos incluem “John Locke’s Defense of Commercial Society” em *Wealth, Commerce, and Philosophy*; “Elbow Room for Self-Defense” in *Social Philosophy and Policy*; “Elbow Room for Rights” em *Oxford Studies in Political Philosophy*; “Nozickan Arguments for the More-Than-Minimal State” em *The Cambridge Companion to Anarchy, State, and Utopia*; “Lysander Spooner: Nineteenth-Century America’s Last Natural Rights Theorist” em *Social Philosophy and Policy*; e “Robert Nozick’s Political Philosophy” em *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Ele é autor de *John Locke* (2009).

Jan Narveson é ilustre professor emérito da Universidade de Waterloo, no Canadá. Ele publicou sete livros, notadamente *The Libertarian Idea* (1988 and 2001), *You and the State* (2008), e *This Is Ethical Theory* (2010). É autor de várias centenas de artigos e resenhas em revistas e coleções filosóficas, entre elas “Pacifism, a Philosophical Analysis” (1965); “A Puzzle About Economic Justice in Rawls’ Theory” (1976); “Deserving Profits” (1995); “The Invisible Hand” (2003); e “Cohen’s Rescue” (2010). Em 2003, ele foi nomeado Oficial da Ordem do Canadá. Ele fundou e por décadas liderou a Kitchener-Waterloo Chamber Music Society.

Kevin Vallier é professor associado de filosofia na Bowling Green State University. Sua pesquisa enfoca a filosofia política, a ética normativa, a economia política e a filosofia da religião. Vallier é o autor da *Liberal Politics and Public Faith: Beyond Separation* (2014) and *Must Politics Be War? In Defense of Public Reason Liberalism* no prelo pela Oxford University Press.